

**RELATO DE PEDIDO DE VISTAS
SANDRA QUADROS CAMPOS FERREIRA
SOCIEDADE MINEIRA PROTETORA DOS ANIMAIS – SOCIEDADE CIVIL**

PROCESSO Nº: 31.00435860/2025-57

INTERESSADO: Superintendência de Desenvolvimento Da Capital - SUDECAP

LOCALIZAÇÃO: Avenida Basílio da Gama, trecho entre Rua Joaquim Cardoso e a Rua Pintor Debret. Bairro: Tupi. Regional: Norte.

ASSUNTO: Canalização e/ou retificação de curso d'água

1. INTRODUÇÃO

Este relato tem como objetivo informar sobre análise de pedido de vistas da solicitação de obtenção da licença Prévia para Implantação do Tratamento de Fundo de Vale da Avenida Basílio da Gama, bairro Tupi, regional Norte, uma vez que a área da intervenção se encontra com processos de erosão e deslizamentos.

A Techvias Engenharia Ltda., apresentou à consideração da PBH – Prefeitura Belo Horizonte o Volume 01 - Relatório do Projeto Executivo de Infraestrutura relativo a contratação de Serviço Técnico Profissional especializado para Elaboração de Estudos e Projetos de Engenharia para Tratamento de Fundo de Vale da Av. Basílio da Gama – Bairro Tupi referente à Licitação SMOBI 047/2022-RDC, contrato nº DJ 122/2022 e processo nº 01-034.204/22-78. Desta documentação foi emitido um parecer técnico pela GELIN/SMMA em Maio de 2026, onde constam informações importantes discutidas na visita.

O objetivo principal deste contrato é o desenvolvimento de soluções e alternativas de projetos para implantação de sistema de drenagem, implantação de nova geometria de via, canalização do córrego existente, contenção de taludes e muro de proteção, buscando solucionar problemas constantes que ocorrem no trecho da avenida em questão. Na região onde está localizado o empreendimento tem-se a caracterização do relevo acidentado e drenagem convergente para a avenida Basílio da Gama, onde se desenvolve o córrego Açudinho. A bacia a ser revitalizada, está inserida na Bacia Elementar do Córrego do Açudinho, integrante da Bacia do Ribeirão do Onça.

2. VISITA TÉCNICA

A visita no local aconteceu no dia 14/07/2026 e foi solicitada para entendimento do projeto *in loco* e busca de alternativas e soluções que fossem baseadas na natureza.

Estiveram presentes:

Maria Carolina Reis – Arquiteta da SUDECAP

Ana Luiza Passos – Engenheira Civil da SUDECAP

Júlia Tavares de Sousa – Arquiteta da SUDECAP

Amanda Feliciano – Engenheira Ambiental da SUDECAP

Adriane Rodrigues – Movimento Salve a Mata do Belmonte

Felipe Gomes – Engenheiro Ambiental e Assessor parlamentar da deputada Duda Salabert.

Walter Rebuíte – Biólogo da Secretaria Municipal de Belo Horizonte

Sandra Quadros – Conselheira do COMAM pela Sociedade Mineira Protetora dos Animais

Participaram também da reunião alguns moradores do entorno, como o José Manuel, morador da rua a mais de 50 anos e testemunha de todos os processos que aconteceram no local. Outros moradores também foram até o grupo tentar se informar sobre a previsão do início da obra. A maior parte das pessoas do entorno tem grandes expectativas em relação à obra de infraestrutura e pede que sejam mais informados sobre o andamento do processo.

Na visita, buscou-se avaliar alternativas que solucionassem os riscos geotécnicos constatados, mantendo o córrego em leito natural, como sugere o parecer técnico número 0749/26 da GELIN/SMMA na página 65:

“Considera-se essencial que o projeto incorpore, sempre que tecnicamente viável, Soluções Baseadas na Natureza e elementos de infraestrutura verde, em consonância com as diretrizes estabelecidas na legislação municipal de drenagem urbana sustentável. Tais soluções devem priorizar mecanismos que promovam retenção, infiltração e desaceleração do escoamento superficial, como áreas vegetadas, dispositivos de drenagem sustentável, recomposição vegetal das margens, utilização de técnicas de bioengenharia e adoção de pavimentos mais permeáveis, contribuindo para a ampliação da resiliência hidrológica da bacia e para a melhoria da qualidade ambiental do espaço urbano.”

O RCA/PCA elaborado para a obra demonstra que o avanço antrópico em toda extensão da bacia, principalmente na região às margens do córrego, com avanços de cercas, muro na projeção dos bordos existentes, casas construídas irregularmente na área de APP e despejo permanente de esgoto nas encostas que favorecem a desestabilização, sendo a própria população também responsável por processos erosivos e desmoronamentos. Essa condição favorece, inevitavelmente, problemas associados à inundação, vulnerabilidade ambiental e proliferação de vetores de doenças, o que indica a necessidade educação ambiental e conscientização da população do entorno.

Foi considerada necessária para a obra, a implantação Muro de Gabião (tipo Caixa) em ambos os lados do canal, com alturas de 2,50m a 6,00m conforme a necessidade topográfica de cada trecho. No fundo, foi indicada a utilização de

colchão reno, ambos indicados para estabilização de encostas, controle de erosão e compatibilização com a expansão viária.

3. HISTÓRICO

Em **2009**, a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana reuniu-se no dia 22 de outubro, no Plenário Helvécio Arantes, em audiência pública para discussão sobre a urbanização da avenida Basílio da Gama, localizada no bairro Tupi, como mostra publicação no site da Câmara dos Vereadores (Figura 1) que pode ser acessada no link: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicacao/noticias/comissao-discute-situacao-da-avenida-basilio-da-gama>



Figura 1. Publicação do site da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, em 2009.

A reunião foi presidida pela presidente da Casa, vereadora Luzia Ferreira (PPS). A parlamentar iniciou a sessão ressaltando que esteve no local em discussão, conferindo de perto os problemas que os moradores vêm enfrentando como esgoto a céu aberto, trechos de acesso complicado via carro e que praticamente metade da avenida está incompleta em termos de urbanização. A moradora e representante da comunidade, Maristela de Souza Bárbara, afirmou que o maior incômodo é a falta de saneamento no local que causa mau cheiro e proliferação de animais como cobras e ratos. Ela ainda declarou, em nome da população do bairro, que os moradores se sentem “esquecidos” pelas autoridades competentes.

O presidente da Associação Comunitária do Bairro Tupi, Silvino Fernandes da Cruz, reforçou a declaração de Maristela e lembrou que o local é uma “fábrica de dengue” por conta da água parada. Ele ainda questionou o fato de que

pouco mais da metade da avenida foi urbanizada e a outra parte ficou “para trás”.

O representante dos moradores do Tupi, Marcos Antônio da Silva, lembrou que em 1998, durante o ápice do surto da dengue na cidade, houve a iniciativa de realizar um mutirão no bairro, em que foram recolhidos 25 caminhões de lixo. “Depois, nada mais foi feito”, lamentou Marcos. Silva aproveitou a oportunidade para denunciar o Hospital Sofia Feldman que lança dejetos no córrego da avenida Basílio da Gama.

O gerente do Distrito Operacional da Região Noroeste – COPASA à época, José Luís Viana Cruz, representando Juarez Amorim, diretor de Operação Metropolitana, afirmou que o órgão possui redes coletoras na região e que, inclusive, interceptores de esgoto também estão instalados na área. Os problemas, segundo José Luís, são que há imóveis que ainda não estão compatíveis com o sistema da COPASA e que a empresa não pode obrigar o morador a aderir à rede – **isso só seria possível junto com a prefeitura que tem o poder de intimar**. Outra complicação é que, na região, há uma área sem reconhecimento da Prefeitura e que a COPASA é impedida de atuar. Porém, o gerente ressaltou que a empresa está preparada para fazer as obras necessárias, em conjunto com a PBH.

A Comissão aprovou as seguintes propostas: que Prefeitura e COPASA busquem solução para o problema do esgoto da avenida Basílio da Gama; que a Secretaria de Administração Regional Norte, por meio de seu Distrito Sanitário, e a Vigilância Sanitária, notifiquem o Hospital Sophia Feldman, para que tomem providências quanto ao lançamento de esgoto irregular no córrego da avenida Basílio da Gama; e que a COPASA instale os interceptores de esgoto no local.

No dia 07/05/2024 foi realizada uma outra audiência pública sobre o empreendimento, com membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo (Comforça) e moradores da Avenida Basílio da Gama. Na ocasião, foi feita uma apresentação das soluções propostas para o Córrego Açudinho, detalhada no parecer técnico.

Houve exposição da proposta apresentada, o que desencadeou o levantamento de sugestões por parte dos participantes, como campanhas locais de conscientização para moradores não jogarem lixo no canal, pedido de verificação da infraestrutura à jusante do córrego, avisos sobre possíveis lançamentos irregulares de esgoto, dentre outras propostas. Foi avaliado que a população apresentou boas expectativas em relação à proposta, especialmente sobre seus benefícios. A reunião resultou na elaboração de um programa de Educação Ambiental, Sanitária e de Comunicação Social.

4. SITUAÇÃO ATUAL

A visita técnica referente ao atual pedido de vistas, foi realizada em 14.07.26, e verificou-se que após 17 anos da primeira audiência pública, a situação permanece a mesma. A presença de esgoto *in natura* despejado na rede não

Algumas inconsistências entre o parecer técnico e o projeto executivo foram encontradas e serão detalhadas a seguir:

[illegible]

A informação é parcialmente verdadeira, considerando-se que **na margem direita não existe rede de esgoto**, informação confirmada por moradores. O esgoto é despejado *in natura* por vários canos ao longo do trecho que trazem dejetos das casas construídas irregularmente, sem qualquer infraestrutura de coleta, como mostram as fotos 1, 2, 3 e 4. A margem à esquerda do córrego

possui rede de esgoto em algumas casas e em outras não, e também possui despejo irregular no córrego.



Foto 1: Despejo irregular de esgoto na margem direita do córrego sem rede coletora.



Foto 2: Despejo irregular de esgoto na margem direita do córrego sem rede coletora.



Foto 3: Margem direita sem qualquer estrutura de captação de esgoto e margem esquerda, que conta com rede, também possui despejo irregular.

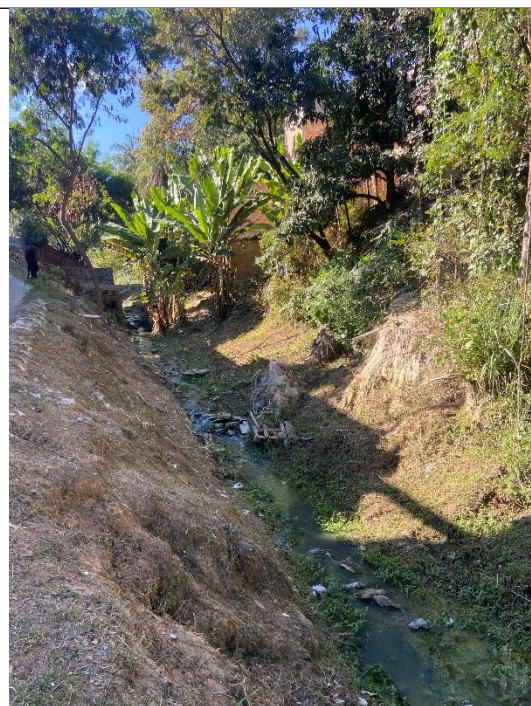


Foto 4: Margem direita sem qualquer estrutura de captação de esgoto.

Em reunião particular com a SMMA, foi questionado se havia um projeto técnico executivo com informações detalhadas, mapeadas e ilustradas para implantação da rede de esgoto a ser executada junto ao projeto estruturante e adicionado ao parecer. Foi informado que os projetos da SUDECAP tradicionalmente acionam a COPASA para a criação de redes de esgoto onde não existem. Essa informação não responde ao questionamento e nem garante aos moradores a solução deste problema, pois em obra emergencial para contenção da encosta do Hospital Sofia Feldman, no próprio Córrego Açudinho, dentro da área de abrangência do atual projeto, não houve qualquer tipo de intervenção no sistema de esgoto em acompanhamento à obra estruturante e ele continua jorrando *in natura* no córrego através do gabião e por canos improvisados acima da intervenção, como mostram as fotos 5 e 6.



Foto 5: Esgoto despejado *in natura*, após obras estruturantes dentro do córrego.



Foto 6: Esgoto despejado irregularmente acima da intervenção estrutural já feita no local.

Isso evidencia que são necessárias mais garantias da implantação da rede de esgoto, através de projeto executivo descritivo e ilustrado, inserido no parecer técnico para avaliação deste conselho, compatibilizado e adequado ao projeto estruturante. Só assim é possível entregar aos moradores uma solução completa que eles aguardam a mais de 17 anos, vivendo todo esse tempo impossibilitados de convidar familiares para suas casas e até de se alimentar com dignidade, devido ao mau cheiro crônico. Além disto, a presença permanente de ratos, baratas e infestação de insetos expõe essas pessoas ao risco à riscos sanitários sérios.

4.2) O estudo hidráulico apresentado na proposta e informado no parecer técnico, destaca que o trecho objeto do projeto não apresenta, nas condições atuais, inserção em áreas mapeadas como suscetíveis à inundação, conforme dados municipais. O BH Map não considera o Córrego Açudinho em toda extensão da obra uma zona de alagamento, como mostra a Figura 2. As simulações hidráulicas realizadas indicam que, considerando cenário futuro de ocupação da bacia, não há formação de manchas de inundação no segmento analisado, permanecendo o escoamento confinado à calha do curso d'água.

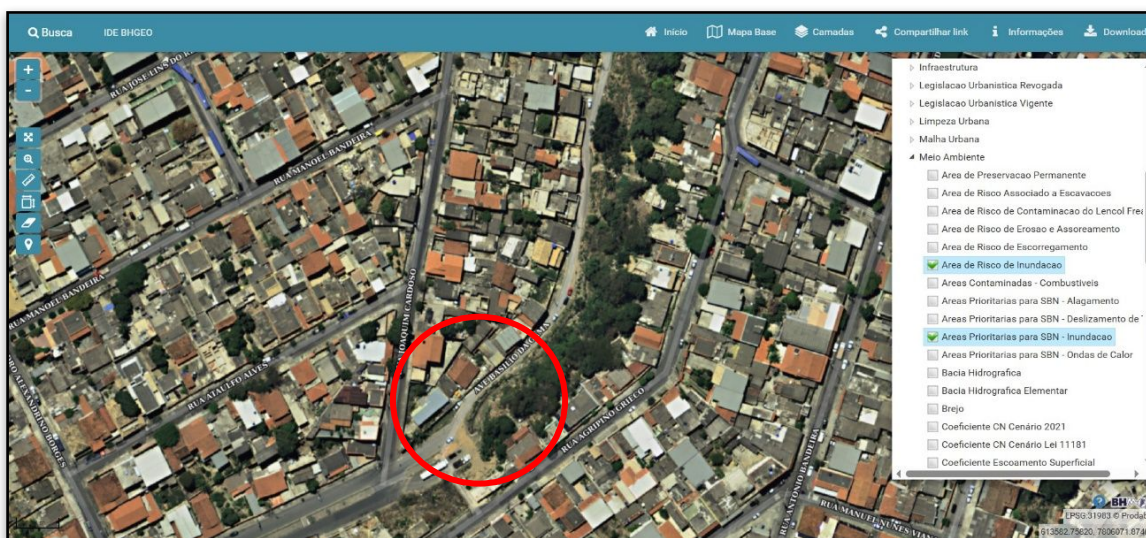


Figura 2: Consulta ao sistema BH Map em 18.07.26 para área de risco de inundação, na Avenida Basílio da Gama, na região indicada por moradores.

Os moradores também contradizem essa informação e descrevem que a área próxima a jusante do córrego, onde existe uma manilha que conecta a vazão da água a outras redes de drenagem, **é um local de permanente inundação em período chuvoso por entupimento da manilha por lixo ou por reduzida capacidade de absorver todo o fluxo por ser de menor calibre.** Nessas ocasiões, a água extravasa e entra nas casas, como mostra a **Foto 7** do ponto de alagamento, da manilha e da casa de muro azul, constantemente invadida pelo extravasamento da água, com marcas visíveis no muro. O próprio morador se incumbiu de descer até a manilha e retirar o lixo acumulado, correndo risco de vida, pra evitar o agravamento da situação no seu imóvel.



Foto 7: Local indicado por frequentes episódios de inundação que dificultam a passagem dos moradores e extravasam pra dentro das casas mais próximas, como a de muro azul.

4.3) O RCA elaborado indica que, deve ser apresentado um plano de afugentamento e resgate de fauna para a próxima fase, com direcionamento e afastamento dos animais silvestres de forma segura e controlada antes que as máquinas iniciem a supressão da vegetação, garantindo que as espécies locais tenham a chance de migrar para áreas de refúgio conectadas e seguras.

O afugentamento de fauna é insuficiente, pois não contempla ninhos com ovos e filhotes de aves, que não tem capacidade de migração para áreas seguras. Nesses casos, um profissional habilitado deve fazer uma vistoria das árvores e emitir laudo sobre a presença de ninho, até 72 horas antes da supressão das árvores. Os indivíduos arbóreos que apresentarem ninhos com

ovos ou filhotes devem ser isolados e suprimidos após o fim do ciclo reprodutivo e abandono do ninho, preservando o equilíbrio ecológico da região e assegurando que o desenvolvimento socioeconômico ocorra em conformidade com as leis ambientais e com o respeito à vida selvagem. Este plano deve ser incluído no parecer técnico.

4.4) O parecer indica que serão realizadas um conjunto de ações de educação ambiental, antes, durante e depois da obra”, com o objetivo de conscientizar a população sobre os impactos dos resíduos sólidos urbanos no curso d’água, construir um canal de informação e comunicação que promova: o fortalecimento de todas as formas organizativas comunitárias; a apresentação do projeto à comunidade; a organização de palestras nas escolas para orientação da coleta seletiva; divulgação com material gráfico; conscientização com panfletos de porta em porta; feiras e mostras de trabalhos desenvolvidos pela comunidade e alunos.

Os moradores informam que não foram comunicados de nada desde a reunião de 2024 até o momento e solicitam que as informações sejam repassadas de forma mais frequente.

4.5) O parecer informa que foram avaliadas diferentes soluções de intervenção, combinando alternativas de geometria viária, estabilização de margens do curso d’água e contenção de encostas, buscando conciliar segurança estrutural, funcionalidade urbana e minimização dos impactos ambientais, com 3 alternativas propostas, sendo a alternativa 2 (o sistema viário apresenta largura variável, respeitando a geometria atual do local, com largura mínima de 3,00 m), apresentada como a mais viável sob o ponto de vista social e ambiental, por apresentar menor grau de intervenção física, com adaptação do traçado e menor redução da movimentação de terra, menor supressão vegetal e menor alteração da morfologia natural do terreno, minimizando transtornos temporários à população durante a fase de obras.

O projeto executivo apresentado pela Tech Vias Engenharia Ltda informa que foi escolhida a **alternativa 1**, que prevê a implantação de sistema viário com largura constante de 6,00 m ao longo de todo o trecho de intervenção, associada à execução de calçadas em ambos os lados da via e a intervenções mais profundas no desenho natural do córrego e causando mais transtornos à população durante as obras. Esta informação precisa ser retificada no parecer técnico.

5. VOTO

É preciso considerar que estamos em um país que historicamente invisibiliza a poluição massiva de suas águas, especialmente em regiões de periferia e vê a crescente deterioração dos ambientes naturais.

Existem questões importantes a serem retificadas no parecer técnico antes da apresentação ao conselho para votação. A escolha entre as alternativas de geometria viária deve ser definida e constar no parecer e projeto executivo, sem divergências.

A mancha de inundação historicamente relatada pela comunidade deve ser incluída no BH Map e no parecer técnico, indicando suas possíveis soluções e considerando que a canalização do córrego pode dar velocidade ao fluxo de água e agravar o problema do transbordamento próximo à manilha.

Retificação do plano de afastamento de fauna, incluindo vistoria de ninhos nas árvores até 72h antes, por profissional habilitado com laudo/relatório específico e isolamento dos indivíduos que abrigarem filhotes ou ovos.

Apresentação de projeto de proteção mecânica das mudas contra roçadeira, pisoteio, vandalismo e danos por manutenção urbana, incluindo tutoramento, gradil ou protetor adequado ao passeio, coroamento protegido, identificação da muda, fonte de água e manutenção mínima até o completo pagamento, com relatórios periódicos.

Em especial, sugiro baixa em diligência ou retirada de pauta até que a COPASA apresente projeto técnico para implantação da rede de esgoto, compatibilizado e calculado em conjunto com a obra estruturante das encostas, oferecendo soluções reais e completas à população local, frequentemente esquecida pelo poder público.

Caso não seja possível, eu voto **NÃO** até que seja elaborado um documento que contemple todas as demandas solicitadas pela comunidade.

Este é meu relato, que coloco a apreciação deste COMAM,
Belo Horizonte, 15 de julho de 2026.

Sandra Quadros Campos Ferreira
Membro Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM,
representante da
Sociedade Mineira Protetora dos Animais